

O BILINGUISTO DIGLÓSSICO COMO PROCESSO EDUCACIONAL INCLUSIVO: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Edna Morellato Ferreira¹
Jaqueline Barros²
Vercinei Ribeiro Souza³
Camila Reis dos Santos⁴

RESUMO

Pensar na educação como um direito de todos, legalmente constituído, nos leva a refletir também sobre o processo educacional de pessoas que demandam necessidades educativas especiais. No caso deste estudo: o sujeito surdo. No que tange a Educação Especial no Brasil, percebemos que essa tem assumido uma importância maior dentro do contexto brasileiro, principalmente após a consolidação de políticas públicas de inclusão. Entende-se que tal status só poderá ser alcançado, quando todas as pessoas tiverem livre acesso à informação, ao conhecimento e aos meios para pleno exercício da cidadania. A pesquisa realizada neste artigo é de caráter qualitativo tendo sido adotada a metodologia de estudo de caso. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, aplicado a dois profissionais: um Intérprete de Libras e uma Professora Bilíngue que atuam com dois alunos com deficiência auditiva. Buscaremos refletir sobre as dificuldades e tensões que permeiam as práticas desses profissionais galgando por mudanças significativas que possam dinamizar os processos de ensino e aprendizagem da criança surda.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Auditiva. Bilinguismo.

ABSTRACT

Think of education as a right for all, legally constituted, also leads us to reflect on the educational process for people who require special educational needs. In the case of this study: the deaf subject. Regarding Special Education in Brazil, we realize that this has taken on greater importance in the Brazilian context, especially after the consolidation of public inclusion policies. It is understood that such status can only be achieved when all people have free access to information, knowledge and the means to full citizenship. The research in this article is qualitative and was adopted the case study methodology. The data collection instrument used was the questionnaire administered to two professionals: an Interpreter pounds and a bilingual teacher

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

² Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

³ Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

⁴ Orientadora. Docente da Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra.

working with two students with hearing impairment. We seek to reflect on the difficulties and tensions that permeate the practices of these professionals chalking up significant changes that can streamline the processes of teaching and learning of the deaf child.

Keywords: Inclusion. Hearing Deficiency. Bilingualism.

1 INTRODUÇÃO

No que tange a Educação Especial no Brasil, percebemos que essa tem assumido uma importância maior dentro do contexto brasileiro, principalmente após a consolidação de políticas públicas de inclusão. Entendemos que a inclusão só poderá ser alcançada quando todas as pessoas sem discriminação tiverem livres acesso a informação, ao conhecimento e aos meios para o exercício da cidadania.

Dentro desse contexto, temos um público-alvo heterogêneo contemplado pelas plataformas legais de inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz em termos claros que os sujeitos com necessidades educativas especiais abrangem: deficientes, pessoas com transtornos globais do desenvolvimento e sujeitos com altas habilidades/superdotação.

Pretende-se neste artigo, discutir o processo de inclusão da criança surda na escola comum bem como compreender as práticas educacionais acerca do bilinguismo que vem sido (ou não) praticado para com o sujeito surdo. Buscar-se-á a realização de pesquisa in loco com o objetivo de compreender, a partir das falas dos agentes educacionais, como os mesmos concebem suas práticas pedagógicas com a criança surda e se os mesmos compreendem em que consiste o bilinguismo diglósico.

Buscaremos refletir sobre as dificuldades e tensões que permeiam as práticas dos professores galgando por mudanças significativas que possam dinamizar os processos de ensino e aprendizagem da criança surda. O bilinguismo tem sido uma realidade viva na escola comum? Como tem sido praticado o bilinguismo? O mesmo tem contribuído para a formação do sujeito surdo? Como os profissionais desta área estão vendo esse processo de inclusão? Entendemos que se faz necessária uma mudança de mentalidade principalmente no que diz respeito aos falsos rótulos de que a criança surda não aprende. A inclusão do aluno surdo é importante para seu

desenvolvimento social e cognitivo, e a escola torna-se ambiente primordial que pode “potencializar” ou “amenizar” os processos de ensino e aprendizagem deste sujeito. Tudo dependerá das práticas e das interações estabelecidas/tecidas neste meio.

É papel de a escola intervir pedagogicamente, adequando sua metodologia para que o aluno seja inserido no ambiente escolar, e que o mesmo se sinta participante deste processo educativo. Mesmo com os grandes desafios que a inclusão representa para as escolas que estão sendo levadas a atender esses alunos com necessidades especiais, em especial os surdos, experiências têm rompido várias barreiras para levá-los a um verdadeiro aprendizado, e não apenas a restritos momentos de socialização.

Diante das questões supracitadas, este trabalho é de relevância, pois contribui para potencializarmos o desenvolvimento social e cognitivo do sujeito surdo. A partir de experiências e observações da prática de uma equipe bilíngüe em uma escola de ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Vitória, pretende-se investigar a importância do trabalho ali realizado e a sua contribuição para que o aluno surdo se sinta participante dos processos de ensino e aprendizagem.

2 LIBRAS COMO MODALIDADE VISUAL-MOTORA DE LINGUAGEM

Língua Brasileira de Sinais (Libras) constituem-se uma linguagem de modalidade visual-motora característica das comunidades surdas. A utilização desta modalidade de língua não representa simplesmente o uso de mímicas ou gestos soltos, pois os estudos comprovam que a Libras atende a todos os critérios linguísticos (sintaxe, morfologia, gramática), tendo seu status de língua reconhecido.

Neste contexto, o que diferencia a língua de sinais da linguagem falada (oral-auditiva) é que a Libras se utiliza do canal visual-espacial, uma vez que as informações são vistas e repetidas pelas mãos, ou seja, através da movimentação do corpo e da expressão do rosto (DANIEL CHOI, 2011). De acordo com Andrei Gesser (2014, p, 12):

Em qualquer lugar em que haja surdo interagindo, haverá línguas de sinais. Podemos dizer que o que é universal é o impulso dos indivíduos para comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é sinalizado.

A língua de sinais é a língua usada pelos surdos no seu cotidiano, e que permite o acesso a sua cultura, contribuindo para sua construção social enquanto sujeito. É a principal força que une a comunidade surda.

Ao aprender a língua brasileira de sinais, uma pessoa poderá comunicar-se com outra que também tenha conhecimento da língua podendo discutir sobre diversos assuntos, sem limitações.

Atualmente a comunidade surda tem conquistado alguns direitos importantes, os quais têm contribuído para sua inserção no contexto social, econômico e político. No entanto nem sempre foi assim. O filósofo Aristóteles considerava que os surdos seriam incapazes de se desenvolverem intelectualmente, por considerar que apenas a audição contribuiria para tal desenvolvimento (SACKS, 2013).

No código Justiniano os surdos tiveram as primeiras conquistas legais, houve a separação dos surdos dos demais deficientes, e a identificação dos graus de surdez e mudez. Esses fatos foram relevantes para a história dos surdos, pois foi a partir deste momento que novas possibilidades de estudos surgiram. Há relatos de que os monges beneditinos utilizavam da língua de sinais para se comunicarem, pois não podiam quebrar o voto de silêncio (STROBEL, 2009).

Os surdos durante séculos, lutaram pelo direito de uso da linguagem de sinais para se comunicarem, e também para que a Libras fosse reconhecida como sua língua materna. Na busca incansável por essas conquistas não podemos deixar de mencionar os nomes de alguns educadores que foram importantes na memorização da exclusão do público surdo na sociedade (STROBEL, 2009).

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) foi reconhecido como o primeiro professor de surdos, que serviu de estímulo para posteriores educadores. Os seus alunos eram, em sua maioria, filhos de nobres. Os pais desses alunos depositavam suas esperanças na possibilidade de seus filhos desenvolverem a fala, uma vez que essa seria a única forma de preservar seus bens, pois como já mencionado, os surdos que não conseguiam falar não tinham esse, e nem outros direitos. Usando a dactilologia, a escrita e a oralização como metodologia, Leon

demonstrou que os surdos eram capazes de aprenderem, contrariando o que havia afirmado Aristóteles (STROBEL, 2009).

Surgiram outros defensores do mesmo pensamento de Leon, de que os surdos teriam que falar para serem humanizados. O filósofo Juan Pablo Bonet (1579-1633) soldado a serviço do rei, escreveu o livro *Redução das Letras e Arte para Ensinar a Falar os Mudos*. Mesmo defendendo a oralidade, utilizava o alfabeto manual para ensinar a leitura e a escrita e a língua de sinais para ensinar a gramática (STROBEL, 2009).

Uma das grandes mudanças ocorridas na história da educação dos surdos, aconteceu na Europa com o abade francês Charles Michel de L'Épée (1712-1789), que ficou conhecido como o "Pai dos Surdos". Fundou a primeira escola para surdos no mundo, e defendia o uso da língua de sinais revolucionando a educação dos surdos de individual para coletiva. Ao se referir a essa conquista o autor Sacks (2013, p. 26) afirma que:

[...] não são (geralmente) as ideias dos filósofos que mudam a realidade, e tampouco, inversamente, a prática das pessoas comuns. O que muda a história, o que desencadeia as revoluções, é o encontro dessas duas coisas.

A atitude de Charles proporcionou grandes mudanças na vida de um público que não era visto pela sociedade. Os surdos ensinados por L'Épée se tornaram importantes professores, e seus ensinamentos se espalharam pelo mundo (STROBEL, 2009).

Esse período iniciado por L'Épée ficou conhecido como a "Época de ouro da educação de surdos", que foi de 1780 até 1880, pois houve um rápido crescimento no número de escolas e de professores para surdos por todo o mundo. Os surdos que se formaram no Instituto de Surdos de Paris passaram a ocupar cargos e exercer funções que antes era privilégio apenas dos ouvintes alcançando o que sempre almejavam: autonomia e direito à cidadania (DANIEL CHOI, 2011).

Como exemplo de superação podemos citar a história do surdo Laurent Clerc, que foi para os Estados Unidos em 1816 a convite de Thomas Hopkim Gallaudet, e impressionou a todos os professores americanos pela sua inteligência nunca imaginada para uma pessoa surda. Thomas Gallaudet foi a Paris visitar escolas e

aprender a língua de sinais francesa. Juntos Clerc e Gallaudet fundaram em 1817 a primeira escola para surdos nos Estados Unidos: o American Asylum for the Deaf, em Hartford. O sucesso dessa instituição influenciou a abertura de várias outras escolas voltadas para o público surdo (SACKS, 2013).

A língua de sinais que Clerc trouxe da França se misturou com a língua de sinais nativa, originando a Língua Americana de Sinais (ASL). Os progressos na educação dos surdos através da língua de sinais foram notórios, resultando na criação da primeira faculdade nacional para surdos, o Gallaudet College, atualmente a única no mundo com programas direcionados para pessoas surdas (SACKS, 2013).

A primeira escola para surdos no Brasil foi fundada após a chegada do educador Eduardo Huet, ex-aluno do Instituto Nacional de Paris, vindo a convite de Dom Pedro II. Huet implantou em nosso país o alfabeto manual e a língua de sinais francesa. Em 1857, Dom Pedro II cria o Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), com um ensino voltado para a educação profissionalizante e literária, atendendo alunos surdos de todas as regiões do país. Depois de serem educados retornavam para suas cidades onde difundiam o que haviam aprendido. A mistura da língua de sinais francesa com a língua de sinais usada pelos surdos brasileiros deu origem a Língua Brasileira de Sinais (MAZZOTA, 1996).

Nesse período, os surdos não só do Brasil, mas também de outros países obtiveram várias conquistas, tais como, formar suas identidades enquanto sujeitos surdos, ter acesso à educação, liberdade para interagir uns com os outros, não só nas escolas, mas também com a sociedade (SASSAKI, 1997).

Esse cenário mudou em 1880, com o Congresso Internacional de Milão, na Itália, onde foi votado e aprovado o método oral puro como mais adequado para ensinar os surdos. Método esse que era defendido por poucos, mas foi ganhando força a partir de 1870, quando alguns questionamentos começaram a ser feitos sobre a contribuição do ensino por meio da língua de sinais nas escolas, pois se pensava que a mesma não iria contribuir para aquisição da fala. Um fato importante neste congresso é que, foi negado o direito de votar aos professores surdos presentes na assembleia, e dos ouvintes que no total eram 164, apenas cinco dos Estados Unidos votaram contra o oralismo, ficando assim proibido uso da língua de sinais. Esse período foi considerado obscuro, um retrocesso na história da educação dos surdos,

trouxe várias consequências, a substituição dos professores surdos por ouvintes, os alunos surdos foram forçados a adquirir a fala, o que provocou um grande fracasso na educação dos surdos em geral (MAZZOTA, 1996).

No Brasil, mesmo com a aprovação do método oral no Congresso de Milão, o uso da língua de sinais na educação dos surdos permaneceu por várias décadas. Apenas em 1911, foi adotado o oralismo puro pelo Instituto Nacional dos Surdos (INES) e em seguida a proibição do uso da língua de sinais, por acreditarem que essa seria a maneira com a qual os surdos seriam incluídos na sociedade. Como em outros países, os surdos também não se adaptaram ao método de ensino oral, provocando assim um baixo rendimento no processo de aprendizagem desses sujeitos. Anos mais tarde chega ao Brasil mais uma tendência, a Comunicação Total, que surgiu pelo fracasso do oralismo. A língua de sinais nesse novo método era considerada apenas como um meio facilitador para aquisição da fala, e para aprender o português. Um dos pontos positivos foi que, abriu espaço para novos estudos na área da linguística sobre a língua de sinais, e sobre a educação dos surdos. Após as pesquisas realizadas pelas professoras Lucinda Ferreira Brito e Eulália Fernandes propagou-se o Bilinguismo, no qual a Língua Brasileira de Sinais constitui-se primeira língua (língua materna do surdo) e a Língua Portuguesa, língua secundária, utilizada na modalidade escrita (MOURA, 2000).

Mesmo já legalizada a comunicação gestual entre surdos, no final do século XX, os movimentos ganham força em busca da regularização da Libras. Depois de anos de luta, em 2002 finalmente ocorre a oficialização da Língua Brasileira de Sinais por intermédio da Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 1996).

Ressalta-se ainda o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que enfatiza a importância da Libras na educação das pessoas surdas e principalmente a necessidade de se introduzir a educação Bilíngue, da qual fazem parte a Libras e a Língua Portuguesa, trazendo uma perspectiva de inclusão. O Decreto aborda outros aspectos importantes como, por exemplo: curso para formação de intérpretes de Libras; garantia da presença desses profissionais nas instituições de ensino; inclusão da disciplina de Libras na grade curricular dos cursos de Licenciatura (BRASIL, 1996).

De acordo com tudo que foi citado acima, pode-se dizer que um dos ganhos mais importante para a comunidade surda foi a inclusão e a garantia da língua de sinais

no currículo escolar, amparado pela Lei de nº 10.436 de 2002, independente da instituição. Apesar desses avanços ainda são evidentes os desafios na escolarização desses sujeitos e na inclusão dessa população na realidade brasileira (BOTELHO, 2002).

2.1 A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISTO DIGLÓSSICO NA INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA COMUM

O bilinguismo se propõe a auxiliar na inclusão do sujeito surdo, a partir da utilização da Libras em todas as situações. Nesse sentido a Língua Portuguesa é utilizada na modalidade escrita pelo indivíduo com surdez e a Libras é tida como sua língua materna.

Durante anos, a comunicação por intermédio de sinais, foi proibida aos surdos, pois era considerada uma língua secundária, imprópria e dispensável. Como nos traz Stoke (1960, p. 61): “precisava-se ver a língua de sinais como realmente uma língua e não apenas como mero gesto”.

Essa língua foi criada por algumas comunidades surdas vindas de gerações, essas usam de canal visuo-manual, possuem suas estruturas gramaticais próprias e é completamente independente das línguas faladas em qualquer país. Contém as características de línguas orais, sendo elas: a polissemia, a possível utilização de metáforas, de piadas, de jogos de linguagem, etc. (SKILIAR, 2005).

A Libras apresenta um confuso e difícil nível morfossintático, onde envolve as relações de usos de localizações no espaço, de sinalização para a construção e a manutenção da referência pronominal, para a troca de papéis da pessoa do discurso e para as relações de concordância dos verbos com seus argumentos (QUADROS, 2000, p. 54).

É ao mesmo tempo diferente das línguas orais, pois possui a modalidade espaço-visual, ou seja, são vistas por meio da visão e os sinais produzidos pelas mãos, pelas expressões do corpo e do rosto. O conhecimento da LIBRAS por uma criança surda, ao contrário da língua oral, precisa acontecer espontaneamente, através do diálogo. Tal indivíduo não precisa acompanhar aulas e sim conviver com pessoas que têm fluência na língua (QUADROS, 2012).

A língua oral é absorvida pelos surdos com um espaço de tempo maior, pois necessita-se de recursos e técnicas mais específicas para complementar a falta de audição. Com o bilinguismo é possível afirmar que: dominar a Língua de Sinais é menos complicado para os surdos perceberem as características da língua oral, tendo exemplos através da língua de sinais para se guiar.

O Governo Federal reconheceu a Libras como meio legal e adequado de comunicação e expressão oficial da comunidade surda do Brasil em 24 de abril de 2002, através da Lei nº 10.436.

Cabe aos sistemas educacionais estaduais e municipais, incluírem em suas grades curriculares pedagógicas o ensino e difusão da Libras, contribuindo na propagação desta forma de comunicação. A prática do bilinguismo pode amenizar episódios de discriminação, galgando pela total exclusão de práticas estigmatizadoras.

Ainda referente aos avanços legais, algumas propostas educacionais se estruturaram a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a Lei de Libras.

Algumas dificuldades ainda persistem quando se trata da inclusão dos alunos surdos, pois, para alguns, a escola regular é segregadora, e os resultados obtidos não são os esperados. Já para outros, essa escola enaltece a comunidade surda, sua cultura e sua identidade, enfatizando que esse espaço de aquisição de uma língua efetiva promove o desenvolvimento cognitivo da criança. Mas, o mais importante é a interação entre as duas línguas, para que a criança cresça, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independentemente do espaço escolar no qual está inserida.

Para esse fim, é importante conhecer estes sujeitos na sua singularidade linguística e compreender que os alunos surdos precisam de uma educação específica. Seria ideal, que a criança adquirisse a língua de sinais e, depois a língua portuguesa para facilitar a sua compreensão, uma vez que o aprendiz da segunda língua utiliza a primeira como estratégia da aprendizagem.

Diante disso, Lerner (2002, p. 02) diz que “o desafio enfrentado hoje pela escola é conseguir que todos os seus alunos cheguem a serem membros plenos da comunidade de leitores e escritores”.

Diante do exposto até aqui, pretende-se com essa pesquisa, propor algumas expectativas para a inclusão bilíngue, sob as condições linguístico-educacionais

adequadas, de alunos surdos em escola de ensino regular. Na verdade, concorda-se com os pressupostos de alguns teóricos dos estudos sociais, antropológicos e psicopedagógicos. Entendemos que, realmente:

Nessa perspectiva, a única escola significativa para os surdos é a escola que reflete sua situação sociolinguística. Nessa linha de raciocínio, não é que defendamos “escola especial para surdos”, aquela escola especial que estamos acostumados a ver: uma escola especial que junta todos os surdos, todos os “deficientes auditivos” para “normalizá-los”. [...] defendemos escola regular para surdos, ou seja, escola comum, escola igual a qualquer outra escola, mas que usa a sua língua, que reflete sua condição de diferente (SÁ, 2005, p. 189).

Precisamos reconhecer que a cultura das comunidades surdas brasileiras precisa entrar pela porta da frente da escola regular. Como nos traz Skliar (2005, p. 29): “as crianças surdas têm o direito à sua entrada nessa comunidade e nesses processos culturais, sem nenhum condicionamento”.

Mas, por outro lado, os surdos não podem ser privados de conviver com outros alunos surdos na escola, pois “a ausência dessa convivência dificulta, portanto, a construção da identidade, em sua condição de pessoa surda” (SOARES; LACERDA, 2007, p. 121).

Encerrando as considerações deste tópico, nos apropriamos aqui das ideias de Skliar acerca da abordagem educacional do modelo bilíngue assumido pelas escolas inclusivas:

Na atualidade, não é possível descrever o bilinguismo como uma situação de harmonia e de intercâmbios culturais, mas como uma realidade conflitiva”. Por essa razão, nossas considerações até aqui se preocuparam muito mais em problematizar do que dar meras respostas (SKLIAR, 1999, p.09).

3 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender como tem sido a prática do bilinguismo em uma escola de ensino regular localizada no município de Vitória.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a importância do trabalho bilíngue na inclusão do aluno surdo, por intermédio da prática do professor especialista;
- conhecer como acontece o trabalho realizado pela equipe bilíngue: professor de libras e intérprete.
- compreender como se dão os processos de ensino e aprendizagem do aluno surdo na escola comum, com enfoque na utilização de Libras como ferramenta de linguagem.

3.3 COLETA DE DADOS

Sou, por meu gosto pesquisador. Experimento toda a sede de conhecer e a ávida inquietude de progredir, do mesmo modo que a satisfação que toda aquisição proporciona (Immanuel Kant).

Escolheu-se como proposta metodológica para este artigo, seguir a linha de pesquisa qualitativa e bibliográfica, pois é necessário investigar no universo pesquisado, as ações educacionais usadas para atender estes alunos surdos, verificando como ocorre a prática educativa em uma proposta educacional bilíngue dentro de uma escola regular. Este estudo implica, portanto, conhecer e analisar os métodos de ensino, a relação surdo/surdo e surdo/ouvinte no cotidiano dessa escola.

Para desenvolver este trabalho foi escolhida uma escola Municipal de Ensino Fundamental situada em Vitória/ES, ao qual daremos o nome fictício de Mundo Feliz, onde se realizou um estudo de caso. A coleta de dados será feita por intermédio da observação do cotidiano e entrevista com os envolvidos neste processo, sendo um Intérprete de Libras (PARTICIPANTE 1) e a outra Professora Bilíngue (PARTICIPANTE 2).

Foram dados tais nomes a fim de resguardar a privacidade dos colaboradores e da instituição envolvida.

Segundo os autores Bogdan e Biklen (1982, p.13) apud André, a pesquisa qualitativa apresenta cinco características básicas:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como o seu principal instrumento; ou seja, é necessário que haja um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, somente com um trabalho intensivo de campo é que podemos presenciar situações que ocorram de maneira natural. Para esses autores esse estudo também pode ser chamado de “naturalístico”, assim todo estudo qualitativo e também naturalístico.

Os dados coletados são predominantemente descritivos; todo material obtido através das observações descrevam situações, pessoas, depoimentos, fotos e ambientes, dessa maneira para subsidiar afirmações ou esclarecer pontos de vistas, o uso das citações deve ser frequente em uma pesquisa.

A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o pesquisador deve ser preocupar em estudar, independente do problema, como acontecem as atividades, os procedimentos e as interações no cotidiano.

Já a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

4 O BILINGUISTO EM AÇÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Todos os dados que serão apresentados a partir daqui, foram frutos de experiências e observações da prática de uma equipe bilíngüe em uma escola de ensino fundamental. Buscou-se permear a importância do trabalho ali realizado e a sua contribuição para que o aluno surdo se sinta participante do processo de ensino-aprendizagem.

Foram feitas observações espontâneas para a coleta de dados que serão relatadas a seguir.

4.1 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA (ESCOLA INCLUSIVA)

Iniciou-se a observação na “Escola Mundo Feliz” de 11 a 18 de junho de 2015, no período da tarde, de 13 às 17 horas. Houve uma conversa com o PARTICIPANTE 1 e PARTICIPANTE 2, para saber como é realizado o trabalho com os alunos surdos e

para a orientação de como seria o período de análise dos acontecimentos dentro de sala de aula. Lembramos que, optamos por usar nomes fictícios tanto para a escola como para os envolvidos na pesquisa como forma de preservar o anonimato dos mesmos.

Foi possível observar que não há um intérprete para os dois alunos surdos da escola, uma vez que são de salas diferentes. O tempo disponível para atendimento precisa ser intercalado, sendo que às vezes a professora bilíngue faz o papel de intérprete.

Mesmo enfrentando esta dificuldade de poucos profissionais para atender à demanda, a equipe visando a inclusão de toda a escola com os surdos, realiza um projeto onde 20 minutos das aulas de Língua Portuguesa são voltadas para o ensino de Libras, em todas as turmas.

Outro aspecto percebido foi a pouca sensibilidade do professor regente para com o aluno surdo, pois quando acontece a explicação de certos conteúdos dentro da sala, o educador se esquece de passar estas informações de forma com que ele entenda e não o prejudique em seu aprendizado.

4.2 ENTREVISTA COM O INTÉRPRETE DE LIBRAS E COM A PROFESSORA BILÍNGUE

O PARTICIPANTE 1 trabalha como Intérprete na escola Pedro Nolasco há 02 anos, atua dentro de sala de aula mediando as falas do professor regente com os alunos surdos e vice-versa.

O PARTICIPANTE 2 é Professora Bilíngue há 10 anos na instituição, desenvolvendo o ensino da Língua Portuguesa através da Libras aos alunos surdos.

Foi aplicado um questionário diferente para cada profissional envolvido na pesquisa de campo, contendo de 3 a 4 perguntas cada.

4.2.1 Participante 1 – Intérprete de Libras

De acordo com a opinião do intérprete, sua principal função é incluir o surdo através da mediação, ou seja, da troca de informações entre ele e os demais. Mas, há casos em que o aluno se torna dependente do intérprete, o próprio professor regente e às vezes outros alunos encaram o intérprete como educador.

Quando foi perguntado se encontra alguma dificuldade para exercer a sua função e quais são, ele disse:

Sim. Não ter tempo disponível para ter acesso ao professor regente e me apropriar do conteúdo a ser ensinado ao aluno, e algumas vezes torna-se difícil passar a informação para o aluno. Às vezes não conheço bem ou não tenho domínio da matéria que será passada ao aluno. Como se diz no popular, tenho que me virar nos 30 (Fala do Participante 1).

Percebeu-se uma falta de organização da instituição e de diálogo entre o professor regente e Intérprete. Isso significa que os conteúdos ministrados ao aluno através da Libras não são passados para ele com antecedência, tornando mais difícil seu trabalho.

Ao perguntar se o Bilinguismo é uma realidade viva na escola regular e se contribui para a formação do sujeito surdo, respondeu:

Não em todas as modalidades. A prefeitura de Vitória trabalha com essa perspectiva, mas a rede estadual não [...] auxilia bastante. Permite que este tenha mais acesso à língua portuguesa, como segunda língua a aprender (Fala do Participante 1).

De acordo com sua resposta, pode-se afirmar que a Prefeitura local dá suporte para que o bilinguismo seja praticado nas escolas, já o Estado não. E ao ser perguntado sobre as contribuições para os surdos, ele diz que ajuda ao sujeito na aprendizagem de sua própria língua e da língua original do país.

Quando foi feita a última pergunta sobre como ele avalia esse processo de inclusão, disse que:

Existem muitas falhas, pois é necessário que algumas coisas sejam acrescentadas e melhoradas. Mas aos poucos tal processo caminha para o principal objetivo, facilitando o trabalho do professor, intérprete e aluno (Fala do Participante 1).

Segundo sua opinião, muitas melhorias ainda precisam ser feitas para que este processo de inclusão aconteça de forma completa, abrangendo todos os sujeitos, de modo que consigam chegar ao objetivo que é fazer com que a educação seja para todos, independentemente de suas diferenças.

4.2.2 Participante 2 – Professora Bilíngue

Conversando com a professora bilíngue, pode-se entender que o bilinguismo tem como objetivo capacitar o surdo para a utilização da língua de sinais e da língua portuguesa. Depois desta afirmação perguntou-se: “Em sua opinião qual é a maior dificuldade para alcançar este objetivo?”

O objetivo do bilinguismo é incluir o aluno surdo numa escola/sociedade ouvinte. As dificuldades maiores são a falta de profissional preparado para atender o aluno (intérprete e professor bilíngue fluente em libras) e a intolerância de alguns professores regentes que não conseguem aceitar que a primeira língua do aluno surdo é LIBRAS, e exige que as atividades sejam respondidas em português fluente (Fala da Participante 2).

Em sua resposta, ela relata a grande carência que se tem nas instituições de ensino por profissionais preparados para atender as exigências atuais, ou seja, incluir o surdo na sociedade e escola ouvinte.

Ao ser perguntada sobre qual seria o interesse de ensinar o aluno surdo a ser bilíngue e ainda se é imposto ou acontece de forma natural, ela disse:

É a inclusão na escola e na sociedade, possibilitar ao surdo autonomia em situações no cotidiano. É imprescindível que o surdo saiba LIBRAS, é sua língua, faz parte de sua cultura, é sua identidade. O português vem como apoio [...]. Em nossa escola é de forma natural, todos os alunos que por aqui passaram, já chegaram tendo conhecimento em LIBRAS. Nós enquanto profissionais usamos essa língua para ensinar os conteúdos da escola e para nos comunicarmos com os alunos (Fala da Participante 2).

Diante do exposto pela professora bilíngue consegue-se entender melhor a importância do bilinguismo para os surdos, pois é a forma deles se comunicarem

com os demais de forma independente, possibilitando ainda o conhecimento dos conteúdos passados na escola.

Perante a última questão exposta à ela sobre como a escola contribui para que haja a inclusão e como é feita a interação da família, sendo que geralmente os alunos surdos são filhos de pais ouvintes, teve-se a resposta:

Percebo interesse de boa parte do grupo de profissionais em promover a inclusão: professores, pedagogos, CTA e direção, sempre atuam juntos e apoiam as iniciativas da equipe e sugerem ações inclusivas [...]. As famílias de nossos alunos aceitam que seus filhos aprendam usando LIBRAS, porem somente uma família se envolveu e fez curso. Porem no cotidiano não percebemos a família usando Libras para sua comunicação (Fala da Participante 2).

Neste caso, sua observação é interessante, pois mostra que os profissionais da escola estão dispostos a fazer diferença na inclusão, e garantir os direitos dos surdos em se comunicar com os demais e ainda serem independentes. Falando da família dos sujeitos, ela disse que aceitam o ensino da língua de sinais, mas que não há tanto interesse por parte de algumas no uso da Libras para se comunicar com eles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou tecer sobre a prática do bilinguismo em uma escola pública que aqui foi chamada por nome “Escola Pedro Nolasco”, situada no município de Vitória – ES. Foi realizado um estudo de caso e através deste aplicado um questionário de 3 a 4 perguntas a dois profissionais: o Interpretete de Libras e a Professora bilíngue.

Diante disso, pode-se concluir que a escola é sim uma instituição inclusiva, que usa do bilinguismo e do ensino da língua de sinais para oferecer aos alunos surdos sua independência, e também na sua construção social, no seu desenvolvimento como ser humano com direitos iguais, e ainda obter conhecimento e acesso às duas línguas: a Língua Portuguesa (L2) e sua Língua natural (L1).

Com relação às práticas de ensino observadas, é possível afirmar que a proposta bilíngue na instituição está sendo levada a sério, pois utiliza-se a Libras, para que haja comunicação dos surdos com os ouvintes, não só em sua sala de aula, mas também em todo ambiente escolar e para transmitir conhecimentos. Entretanto algumas dificuldades emergem, pois, o fato de alunos surdos filhos de pais ouvintes não terem contato com uma comunidade surda fora da escola, dificulta o aprendizado de sua própria língua.

Usando o relato da Professora bilíngue: “para nós isso é um sonho, temos dois alunos surdos em salas diferentes, um intérprete e uma professora bilíngue, nos sobrecarregamos e esforçamos, mas mesmo assim não conseguimos fazer o trabalho que desejamos”, concluímos que para que aconteça realmente a inclusão, é preciso que a sociedade se mova por um só objetivo, criar propostas educacionais bilíngues que alcancem toda a população, para que exista mais preparo de profissionais e que as propostas que já existem e que são previstas por lei sejam cumpridas.

Por fim, precisa-se de uma reestruturação por parte das escolas para que os profissionais tenham como se capacitar e atender aos alunos de forma igualitária. Precisam estar abertos e atentos a forma de ensinar os surdos e ouvintes, auxiliando-os por intermédio de estratégias pedagógicas que atendem essas diferenças.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

BOTELHOS, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CHOI, Daniel. Libras: **Conhecimento além dos sinais**. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOURA, M. C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas n. 3 p. 54, 2000.

QUADROS, Ronice Muller. **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos: O "BI" em bilinguismo na educação do surdo**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma Viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em 20 jan. 2015.